

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

MAGNA SUELY SANTOS ALVES FURTADO

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MATA DE SÃO JOÃO

2018

MAGNA SUELY SANTOS ALVES FURTADO



**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Mata de São João, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^a. Me. Eliane Bianchi Wojslaw.

MATA DE SÃO JOÃO

2018



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de
Ensino



TERMO DE APROVAÇÃO

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Por

Magna Suely Santos Alves Furtado

Esta monografia foi apresentada às 17h do dia 10 de agosto de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Mata de São João. Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. A aluna foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Me. Eliane Bianchi Wojslaw
UTFPR – Câmpus Medianeira
Orientadora

Prof Dr. Ricardo dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Me. Joice Maria Maltauro Juliano
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

Dedico esta monografia aos meus pais e familiares, que compreenderam minha ausência no momento de dedicação e a todos que me auxiliaram neste processo.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus pela graça alcançada e misericórdia. Toda honra e toda glória sejam dadas a ti.

Aos meus pais José Alves e Joselita Santos, pela formação de caráter e companheirismo em todas as fases da minha vida.

Aos meus irmãos que me ajudaram a construir minha história.

Aos amigos pelas orientações, dedicação constante, pelo incentivo nessa fase do curso de pós-graduação.

À minha pequena tribo (Tom, Cauã, Caleb e Cael), pela paciência, compreensão e força. Tudo por vocês!!

À minha orientadora, professora Me. Eliane Bianchi Wojslaw pelas orientações e principalmente pelo incentivo e paciência ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Um dos maiores danos que se pode causar a uma criança é levá-la a perder a confiança na sua própria capacidade de pensar.”

Emília Ferreiro

RESUMO

FURTADO, Magna Suely Santos Alves. Alfabetização e Letramento: Desafios Contemporâneos. 2018. 40f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Ser alfabetizado é um direito de todos, mas a uma pequena parte da população tem sido cerceado este direito. Diante desta situação, percebeu-se que a falta de conhecimento sobre os métodos de alfabetização seria um dos empecilhos para consolidação da alfabetização. Este trabalho teve como objetivo geral analisar os métodos de alfabetização e sua eficácia no processo de aprendizagem dos alunos na forma mais efetiva nas práticas sociais de leitura e escrita. Os objetivos específicos foram: conceituar alfabetização e letramento e suas implicações no processo de aprendizagem; analisar as políticas públicas voltadas para alfabetização e pesquisar o percurso formativo do professor alfabetizador. Para tanto, a pesquisa escolhida foi de caráter qualitativo com enfoque na pesquisa descritiva; o principal instrumento de coleta foi à pesquisa bibliográfica por meio da qual se coletaram os dados de referencial teórico sobre Alfabetização e Letramento. Enfim, o que se pretendeu foi contribuir para o desenvolvimento de ações voltadas para o processo formativo dos professores alfabetizadores, permitindo, sobretudo, uma reflexão quanto às práticas executadas na sala de aula.

Palavras-chave: Métodos de Alfabetização; Formação do Professor; Políticas Públicas

ABSTRACT

Furtado, Magna Suely Santos Alves. Literacy and literacy: Contemporary challenges. 2018. 40f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Be literate is everyone`s right, however just few among the population have access to this right. In this situation, we recognize the lack of knowledge about the methods to literate is a hindrance to consolidate a wide literacy. This completion of course work has as wide objective analyze literacy methods and their efficiency in the students learning process in the most effective social practice of reading and writing. The specific objective was conceptualize the literacy and its implications in the learning process; analyze public policy focused on literacy and research about the formation route of the literacy teachers. For this, the chosen research was qualitative and with focus on descriptive research; the major collect instrument was the bibliography research by collecting theoretic referential data about the Teaching of reading and write and Literacy. Finally, what was intended is to contribute to the development of actions focused on the formation process of the teachers, allowing, especially, a reflexion relating to the practices executed in classroom`s."

Keywords: Methods Literacy; Teacher Education; Public Policy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escrita com a hipótese pré-silábica.....	31
Figura 2 – Escrita com a hipótese silábica	32
Figura 3 – Escrita com a hipótese silábica-alfabética	32
Figura 4 - Escrita com a hipótese alfabética	33
Figura 5 – Leitura - Resultado da ANA	37
Figura 6 – Percentual de Professores com Superior Completo e Pós – Graduação.	39
Figura 7 – Varal das Letras	42
Figura 8 – Varal das Letras	43
Figura 9 – Ditado Doce	44
Figura 10 – Caça-Palavras	44
Figura 11 – Formando Palavras	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese da pesquisa bibliográfica	24
Quadro 2 – Síntese da pesquisa documental.....	26
Quadro 3 – Desempenho dos alunos	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	23
2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	24
2.2 PESQUISA DOCUMENTAL	25
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	28
3.1 IMPASSE ENTRE OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO	28
3.2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	34
3.3 PAPEL DO PROFESSOR ALFABETIZADOR.....	38
3.4 ATIVIDADES QUE AUXILIAM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	42
3.4.1 Atividade 1: Varal das letras	43
3.4.2 Atividade 2: Ditado doce	44
3.4.3 Atividade 3: Caça – palavras	44
3.4.4 Atividade 4: Formando palavras	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
5 REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista que o processo de alfabetização é um processo de construção de hipóteses sobre o funcionamento e sobre as regras de utilização do sistema alfabético de escrita. Para efetivação deste processo é preciso garantir condições, assegurando aos alunos o direito de se inserir no espaço da escrita, vale lembrar que não basta aprender a ler e escrever, é necessário alinhar a escrita e a leitura às demandas da sociedade.

É verdade que a linguagem vem ampliando seu espaço. O problema, entretanto, é que o compromisso com a formação do leitor tem se perdido e conseqüentemente seu direito de aprender. Vale ressaltar que as práticas de ensino inseridas nas escolas não atendem as atuais demandas sendo indiscutível a reflexão das mesmas.

A origem desse quadro é facilmente encontrada no contexto histórico-social do país. Não restam dúvidas que durante décadas a história da alfabetização é marcada por desigualdades sociais. Onde o aluno oriundo de um ambiente onde os direitos básicos são cerceados, estes apresentam maiores dificuldades no processo de aprendizagem e conseqüentemente os professores no processo de ensino. Diante do exposto, a pesquisa se justifica por meio de análise dos métodos de alfabetização, contribuindo para a aprendizagem dos alunos do ciclo de alfabetização dando a oportunidade de ser alfabetizado e letrado.

Portanto, o objetivo geral do estudo é analisar os métodos de alfabetização e sua eficácia na forma mais efetiva nas práticas sociais de leitura e escrita, atentando para os objetivos específicos que são: 1) conceituar alfabetização e letramento e suas implicações no processo de aprendizagem; 2) analisar as políticas públicas voltadas para alfabetização; 3) pesquisar o percurso da formação do professor alfabetizador em uma escola da região da Mata de São João - BA.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender o processo de alfabetização no Ciclo de Alfabetização, bem como levantar quais são as principais dificuldades para inserir os alunos no mundo letrado. Para isto, buscou-se neste estudo analisar os métodos e sua eficácia na forma mais efetiva nas práticas sociais de leitura e escrita.

De fato, o professor precisa rever e selecionar procedimentos metodológicos mais eficazes. Concomitantemente, é preciso entender o conceito de alfabetização

sob a luz do letramento. Dessa forma a sua prática estará propiciando uma aprendizagem significativa e contextualizada. Surge o problema da pesquisa em forma de um questionamento que será respondido no percurso deste trabalho: ***De que forma o conhecimento dos métodos de alfabetização auxilia no processo de aprendizagem dos alunos?***

Para encontrar resposta a esse questionamento a pesquisa foi desenvolvida com base na abordagem bibliográfica tendo como objetivo investigar a literatura especializada, utilizando estudos que versam sobre a alfabetização e letramento. Baseando em estudiosos como Soares (1998), Ferreiro (2001), Freire (1996) e Motartti (2008).

A pesquisa bibliográfica foi estruturada em três etapas, apresentando-se no primeiro a história dos métodos de alfabetização e os conflitos existentes entre eles. O segundo tópico ou tema aborda o conceito de alfabetização e letramento, tecendo uma distinção entre os dois processos compreendendo o processo de alfabetizar letrando, além de descrever as políticas públicas voltadas para alfabetização. No terceiro tópico descreve-se o caminhar do professor no processo de alfabetização, destacando o percurso de formação inicial e continuada.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Como bem nos assegura Gressler (2004), pode-se dizer que num sentido mais amplo a pesquisa é o objetivo. Neste contexto, fica claro que ela permite diferenciar o senso comum do conhecimento científico. Onde um se contenta com os fatos e o outro busca as causas e os efeitos.

Segundo Silveira e Gerhardt (2009, p. 34), “Pesquisa Básica objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista”.

Pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2002, p. 41).

Pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses (GIL, 2002, p. 41).

A pesquisa tem como objetivo buscar informações, explicitando os problemas e construindo hipóteses. Para melhor delineamento desta pesquisa, observou-se que ela é classificada como pesquisa exploratória por seguir os preceitos exploratórios, envolvendo o levantamento bibliográfico, aprimorando a ideia e descritiva por descrever todo o processo estabelecendo relações com as variáveis.

Conforme verificado por Gressler (2003) existem duas abordagens: qualitativa e quantitativa. Trata-se de concepções filosóficas e epistemológicas diferentes. Na abordagem qualitativa descreve a complexidade dos problemas, com descrição e apresentação da realidade. Enquanto a abordagem quantitativa destaca-se pela precisão, evitando distorções de análises.

Por se tratar de uma revisão de literatura, neste estudo será utilizada a abordagem qualitativa para tratamento dos dados devido à interpretação que se fará acerca das fontes bibliográficas exploradas. Como a pesquisa tem como base um problema, o tipo de raciocínio utilizado será o hipotético-dedutivo, dessa forma a partir de uma hipótese pode chegar a uma base de solução viável para o problema. Os instrumentos de coleta de dados serão a pesquisa bibliográfica e a documental, explanadas a seguir.

2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Pode-se dizer que a pesquisa bibliográfica visa discutir e explicar um tema, é uma análise crítica. Tendo como referência materiais publicados em livros, artigos, sítios e outros. Neste contexto, para Martins (2001) fica claro que a pesquisa bibliográfica não é repetir o que já dito, mas uma nova abordagem, com novas conclusões.

Na pesquisa bibliográfica a interlocução entre o pesquisador e o texto é muito forte, sendo uma análise crítica. Há a possibilidade de ler e refletir permitindo a construção de novos conhecimentos com base em antigas indagações. Por sua vez, algumas dúvidas puderam ser esclarecidas e outras podem ser objetos de estudos futuros.

Para coletar os dados foram utilizados como instrumentos: livros, revistas, periódicos e outros materiais de maior relevância sobre o tema, com o intuito de obter maior arcabouço teórico. Com estes materiais foi possível levantar as informações mais importantes sobre o tema que serviram como fonte de dados para a revisão de literatura.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 103):

Existem aqueles já disponíveis, acessíveis mediante pesquisa bibliográfica e/ou documental. São chamados dados secundários por se tratarem de "dados de segunda-mão". Cumpre ressaltar que essa expressão não tem caráter pejorativo, apenas indica que são dados disponíveis e que não foram coletados especificamente para o nosso trabalho.

Para construção desta pesquisa utilizou-se as fontes secundárias, como jornais, revistas, periódicos e etc. Devido à pesquisa e coleta de informações bibliográficas pautadas no assunto objeto de estudo. Para Demo (1985, p. 27) “pesquisar é, antes de mais nada, dialogar de forma inteligente com a realidade”. A pesquisa tem um caráter teórico e por se tratar de um tema amplo foi preciso delimitar o escopo. Para sua pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema proposto: alfabetização e letramento, métodos de alfabetização, políticas públicas para alfabetização, a sumarização destes materiais amplia o conhecimento e permite novas conclusões.

Para embasar esta pesquisa, a população de estudo contou com toda literatura referente ao tema, organizada nos bancos de dados Scielo (Scientific

Eletronic Library OnLine) e Ceale (Centro de alfabetização, leitura e escrita), Google, Livros, Biblioteca Digital e a biblioteca local Álvaro Pina (Rua: Laurindo Régis, nº 48, Centro- Mata de São João). A seleção das obras foi realizada a partir de leitura criteriosa dos artigos, teses e dissertações encontradas nas bases de dados, sendo selecionada apenas a literatura que atendia aos critérios de inclusão definidos neste estudo. As publicações selecionadas são do período de 2000 a 2017, no idioma português e todos os tipos de delineamentos metodológicos foram aceitos.

A pesquisa escolhida foi de caráter bibliográfico, com método qualitativo – descritivo. Para a coleta de dados recorreremos às pesquisas, livros, periódicos e outros. Foram utilizados estudos desenvolvidos por: Soares (1998); Ferreiro (2001) e Motartti (2008). As informações coletadas nos materiais foram analisadas e permitiram responder os questionamentos, em relação ao tema.

A seguir apresenta-se uma síntese dos principais aportes teóricos e bibliográficos utilizados neste estudo:

Tema/ Aporte teórico	Autores/ ano
Alfabetização e Letramento	Kramer (1996); Camini e Piccoli (2012); Soares (1998,2003); Silva (2016); Mortatti (2000);
Métodos de Alfabetização	Mortatti (2008); Soares (2018).
Psicogênese da língua escrita	Morais (2012); Ferreiro (2001); Ferreiro e Teberosky (1986);Weisz (1990)
Formação de Professor	Freire (1996);

Quadro 1: Síntese da pesquisa bibliográfica

Fonte: Autora da Pesquisa, 2018

Estes foram os principais autores utilizados durante a pesquisa bibliográfica e que serviram de base para a realização deste estudo.

2.2 PESQUISA DOCUMENTAL

O presente estudo utilizou também a pesquisa de análise documental com o intuito de corroborar com a pesquisa literária.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a

pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2002, p.45)

Considerando o conceito exposto a diferença entre as pesquisas estão basicamente nas fontes utilizadas, enquanto a pesquisa bibliográfica usa pesquisas e estudos de diversos autores, a pesquisa documental deve se basear em documentos históricos que não tem dados reconhecidos. Estes materiais são classificados como fontes de primeira e de segunda mão.

Nesta pesquisa, se investigou documentos e leis para descrever e comparar informações, a exemplo dos seguintes:

Tópico pesquisado	Documento / Ano
Alfabetização e Letramento	Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1968); Leis de Diretrizes Básicas da Educação - LDB (1996); Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN de 1ª a 4ª série – Volume 2, Língua Portuguesa(1997); Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN Alfabetização (1999); Plano Nacional de Educação – PNE (2001); Programa Brasil Alfabetizado – PBA (2003); Ensino Fundamental de Nove Anos – (2006); Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (2012); Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA (2016)
Formação de Professor	Pró – Letramento – MEC; Rede Nacional de Formação Continuada de Professores – MEC (2004); Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (2012).

Quadro 2: Síntese da pesquisa documental
Fonte: Autora da Pesquisa, 2018

Uma interpretação possível é que a legislação está avançando no que se refere à legislação voltada para alfabetização. Embora se saiba que ainda temos indivíduos não alfabetizados. É oportuno destacar que a preocupação dos

documentos oficiais é garantir o direito de ser alfabetizado, assegurando a equidade e a qualidade na educação para todos os brasileiros.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo apresenta a história dos métodos de alfabetização e os conflitos existentes entre eles, conceituando alfabetização e letramento, tecendo uma distinção entre os dois processos. Além de descrever as políticas públicas voltadas para alfabetização e descrevendo o caminhar do professor no processo de alfabetização, destacando o percurso de formação inicial e continuada.

3.1. O IMPASSE ENTRE OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Muito se fala sobre o melhor método¹ para alfabetização, o qual é um debate antigo entre vários especialistas e vários países. No Brasil com os índices de analfabetismo elevados e os problemas estruturais na rede pública de ensino, os especialistas procuram o método mais adequado para revolucionar, ou pelo menos, minimizar tal situação. Conforme Castro (2014, p.36) “As batalhas campais sobre métodos de alfabetização persistem no país, apesar de já terem sido resolvidas lá fora, pelos métodos convencionais da ciência”. No decorrer do tempo, a educação tomou um novo rumo, houve mudanças na maneira de pensar o processo de ensino e aprendizagem.

Como bem assegura Mortatti (1876-1994), pode se dizer que os conflitos surgem a partir da reflexão sobre os métodos de alfabetização, reflexão essa que vem no decorrer dos tempos, nesse contexto fica claro que a temática torna-se alvo de estudos, pesquisas e debates com o intuito de desconstruir alguns conceitos errôneos. O mais importante, contudo é constatar que estes debates nos levam a pensar sobre a função de cada método, não é exagero afirmar que ainda é confuso para os professores se desvencilhar dos métodos antigos, ocasionando uma tensão entre os diversos tipos de métodos.

Desta forma, é interessante pensar no conflito existente quando o assunto são os métodos de alfabetização, mas há um fator que se sobrepõe que é assegurar ao aluno o direito de aprender, respeitando o tempo de aprendizagem de cada um. Começam então os questionamentos: Como alfabetizar? Que método utilizar? Diante de tais questionamentos percebemos a importância dos estudos e leituras, para que não se construa conclusões e decisões equivocadas.

Pode-se dizer que por trás de qualquer método de ensino e aprendizagem existe uma teoria. Neste contexto, para Moraes (2014), fica claro que cada método tem uma intencionalidade sobre o que ensinar e como cada indivíduo aprende. O mais preocupante, contudo, é constatar que essas discussões surgem em vários momentos, envolvendo vários sujeitos com diferentes interesses sociais e políticos, baseando em verdades científicas atuais para desqualificar os métodos tidos como tradicionais.

Segundo Mortatti (2008, p. 93), "A escola se consolidou, então, como um lugar institucionalizado para preparo das novas gerações, prometendo acesso de todos à cultura letrada, por meio do aprendizado da leitura e escrita".

Ora, em tese, todos têm direito a cultura letrada. Conforme mencionado pelo autor, não se trata de apenas de balizar o método mais adequado, mas assegurar a aprendizagem dos alunos, lamentavelmente, este direito se perde no meio da acirrada disputa para escolher o melhor e mais desejável método. É importante considerar que esse movimento é complexo, seja porque é recorrente a mudança muitas das vezes para satisfazer projetos políticos e educacionais.

Sob este aspecto, as várias práticas e muitos discursos defendidos estabeleceram uma crise nos referenciais da alfabetização, pode-se dizer que com esta crise cada professor resolveu criar seu próprio método. É preciso considerar, por exemplo, que o conhecimento sobre a historicidade das práticas de alfabetização auxilia na construção de métodos eficazes que contemplarão as reais necessidades.

De acordo com Soares (2016, p. 25):

Embora não se possa atribuir a uma só causa a persistência de problemas e controvérsias em torno de métodos de alfabetização, já que vários fatores relacionam-se com a questão, uma explicação prevalece sobre outras possíveis: métodos de alfabetização têm sido sempre uma questão porque derivam de concepções diferentes sobre o objeto da alfabetização, isto é, sobre o que se ensina quando se ensina a língua escrita.

O autor deixa claro na citação acima que não existe apenas uma causa para divergências sobre o método mais adequado. O que existe são ideias diferentes para condução do processo de alfabetização. Esse é o motivo, pelo qual é importante frisar a complexidade e os vários componentes envolvidos no processo.

É preciso ressaltar que, a escola e alguns professores não conseguiram acompanhar os avanços teóricos e práticos no que se refere ao processo de

alfabetização. Segue com práticas que são incapazes de instrumentalizar os alunos na aquisição de práticas sociais de leitura. Ter conhecimento da forma como o aluno consolida o processo de aprendizagem, permite ao professor maior compreensão sobre o desenvolvimento, facilitando o planejamento do trabalho. Ensinar a ler e escrever transcende o que se entende por alfabetização.

Neste caminho temos a teoria criada por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, que reveste-se de particular relevância para discussões sobre a alfabetização. A psicogênese surgiu a partir de um período de investigação com base em um trabalho experimental. Sob o ponto de vista da teoria da psicogênese da língua escrita a criança constrói o conhecimento tendo como base a interação com o objeto de conhecimento, ressaltando que a criança já traz consigo ideias e hipóteses sobre o código escrito.

“A Psicogênese da língua escrita” foi divulgada no Brasil, em 1986. As pesquisadoras em nota preliminar, falaram sobre suas perspectivas:

[...] Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia... Insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a psicologia da lecto-escrita esqueceu [...] (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986, p. 11).

O sujeito é visto como aprendiz e condutor do processo sistemático de ensino. A escola precisa ampliar os espaços de aprendizagem, permitindo aos alunos expressar o que sabe sem medo. Conforme citado acima, Ferreiro e Teberosky (1986) afirmam que a aprendizagem antecede ao acesso à escola, percorrendo diversos caminhos. Neste contexto, fica claro que a aprendizagem vai além de métodos ou recursos. Trata-se inegavelmente de sujeitos em construção do próprio conhecimento. De acordo com os estudos das pesquisadoras a apropriação da escrita baseia-se em hipóteses. O que ocorre na verdade é que cada "erro" de escrita indica uma hipótese do sistema alfabético de escrita. As hipóteses são representadas por níveis pré - silábico, silábico, silábico - alfabético, alfabético. De acordo com Weisz (1990, p. 73):

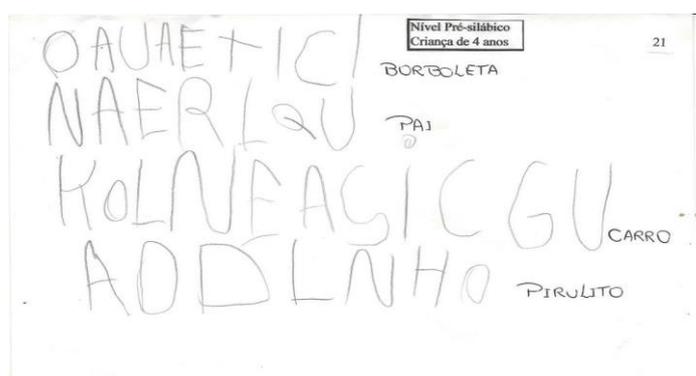
[a criança] começa diferenciando o sistema de representação escrita do sistema de representação do desenho. Tenta várias abordagens globais (hipótese pré-silábica), numa busca consistente da lógica do sistema, até descobrir - o que implica uma mudança violenta de critérios - que a escrita não representa o objeto a que se refere e sim o desenho sonoro do seu nome. Neste momento costuma aparecer uma hipótese conceitual que atribui a cada letra escrita uma sílaba oral. Esta hipótese (hipótese silábica) gera inúmeros conflitos cognitivos, tanto com informações que recebe do mundo, com o as hipóteses de quantidade e variedade mínima de caracteres construída pela criança.

Trata-se, portanto, de um processo onde seu ponto de partida é caracterizado pela diferenciação entre a escrita e o desenho. A descoberta que a escrita não representa o objeto, mas um som. É importante ter atenção a esta fase, pois costumam surgir alguns conflitos cognitivos.

Para Moraes (2012, p. 53), “Neste caso, trata-se de explicar de onde surgem às formas de compreender o sistema de escrita alfabética que a criança demonstra ter elaborado a cada etapa do processo de alfabetização”.

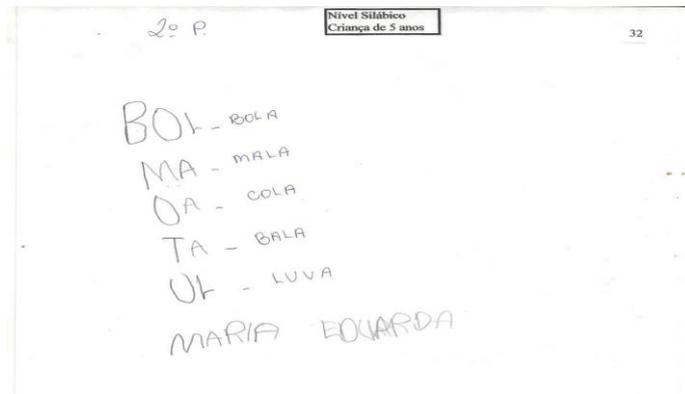
De acordo com a Hipótese Pré-Silábica, a criança considera que desenhos, rabiscos, letras ou outros sinais gráficos representam a palavra escrita. Verifica-se o avanço a partir do momento em que a criança diferencia desenho da escrita; utiliza as letras do nome para representação de qualquer palavra, conforme a figura 1 a seguir:

Figura 1: Escrita com a hipótese pré-silábica



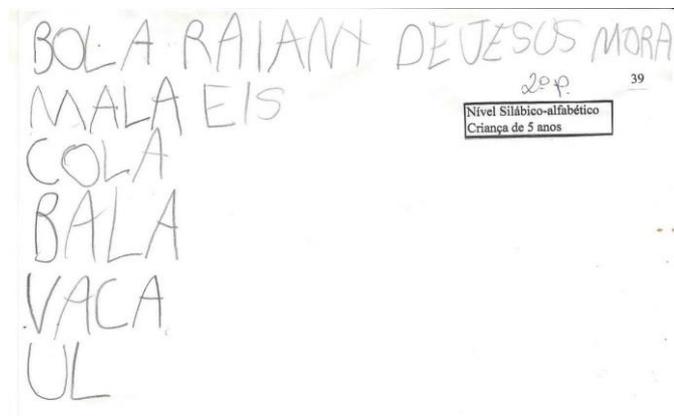
Fonte: PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização (2018)

A outra etapa de alfabetização é a chamada Hipótese Silábica. Nesta etapa a criança tenta atribuir valor sonoro aos sons das palavras. Cabe apontar que nas produções escritas começam a surgir as características qualitativas e quantitativas, demonstrando assim os conflitos entre as hipóteses, conforme destaca a figura 2:

Figura 2: Escrita com hipótese silábica

Fonte: PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização (2018)

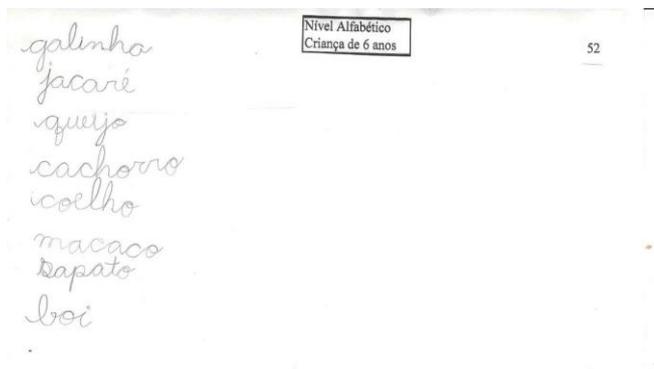
Hipótese Silábico-Alfabético - Esta hipótese é considerada a fase de transição, pois a criança trabalha ao mesmo tempo nas duas hipóteses: a silábica e a alfabética. Com isso nesta hipótese a criança já escreve atribuindo o valor sonoro.

Figura 2: Escrita com a hipótese silábico-alfabético

Fonte: PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização (2018)

Hipótese Alfabética - Quando a criança compreende que a sílaba é representada por unidades menores. Desenvolveu a análise fonética e entende que a escrita tem uma função social.

Figura 3: Escrita com a hipótese alfabética



Fonte: PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização (2018)

De fato, Ferreiro tornou-se referência na história da alfabetização brasileira e sua pesquisa foi associada ao construtivismo, campo de estudo do biólogo Jean Piaget. Ambos defendem que a criança tem um papel importante na construção do aprendizado. O referencial teórico da Psicogênese da língua escrita nos leva a compreender o processo de escrita. Destacando que a criança inicia a aprendizagem antes do contato com a escola e o professor tem o papel de mediador na condução desse percurso.

De acordo com Ferreiro (1985, p. 14):

Fundamentalmente a aprendizagem é considerada, pela visão tradicional, como técnica. A criança aprende a técnica de cópia, do decifrado. Aprende a sonorizar um texto e a copiar formas. A minha contribuição foi encontrar uma explicação, segundo a qual, por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa. Essa criança não pode se reduzir a um par de olhos, de ouvidos e uma mão que pega o lápis. Ela pensa também a propósito da língua escrita e os componentes conceituais desta aprendizagem precisam ser compreendidos.

Assim sendo, a alfabetização deve ser significativa para os alfabetizandos permitindo que os mesmos sejam sujeitos ativos na construção do processo de aprendizagem. É importante ressaltar que com a teoria criada por Ferreiro e Teberosky professores foram convidados a analisar os erros dos alfabetizandos por outra perspectiva, os erros são considerados “construtivos”. Cabe definir, no entanto a relevância dos níveis, nas práticas dos professores na alfabetização, com isso construir novas metodologias no sentido de melhorar a aprendizagem dos alunos.

3.2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Pode-se afirmar que a educação é um dos direitos básicos do ser humano, em razão de contribuir para o desenvolvimento social do indivíduo. Sob essa ótica, ganha particular relevância o período de alfabetização. Aprender a ler e escrever oportuniza ao aluno a construção de sua história. No Plano Nacional de Educação - PNE na meta nove estabelece duas submetas à primeira, atingir 93,5% na taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais até 2015 e a segunda, até 2024, erradicar o analfabetismo absoluto no Brasil.

Em 2015 três unidades federativas conseguiram cumprir a primeira submeta à primeira foi o Distrito Federal, com 97,0%, Rio de Janeiro, que também alcançou 97,0% e Rio Grande do Sul, com 96,5% de pessoas que declararam saber ler e escrever. E estão próximos de cumprir a segunda submeta que é a erradicação do analfabetismo.

De acordo com Ferreiro (2006), o conceito atual de alfabetização:

É poder transitar com eficiência e sem temor numa intrincada trama de práticas sociais ligadas à escrita. [...] Não é uma tarefa para se cumprir em um ano, mas ao longo da escolaridade.

Como bem nos assegura Kramer (1985), pode-se dizer que a alfabetização vai muito além de um simples processo de codificar e decodificar. Neste contexto, fica claro que ao reduzir o processo de alfabetização a uma abordagem mecânica, resultando para o aluno uma aprendizagem maçante e sem significado.

O analfabetismo de jovens e adultos vem sendo reduzido no Brasil — passou de 11,5% em 2004 para 8,7% em 2012, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). Essa redução ainda é lenta no Norte e Nordeste, onde estão localizados os maiores índices de analfabetismo do país.

Diante do que foi explicado acima percebemos que mesmo com todo investimentos em políticas públicas, não parece haver razão para comemorar, pois são as regiões mais pobres que são atingidas, é sinal que ações pedagógicas devem ser desenvolvidas nestas regiões e acima de tudo respeitando as peculiaridades.

Segundo Soares (1998), Freire se reporta ao termo alfabetização sem conectar ao termo letramento. Trata-se inegavelmente de uma compreensão muito

ampla no que se refere à alfabetização, tendo em vista que todo trabalho era baseada na realidade vivida por cada sujeito. Assim, o autor deixa claro que a particular importância é desconstruir a ideia de que a alfabetização seria apenas uma técnica mecânica de codificação e decodificação.

Conforme mencionado pela autora, percebemos uma conceituação ampla da alfabetização, com o intuito de evitar uma compreensão errônea do termo, em virtude do conceito letramento. É imprescindível destacar a preocupação do professor alfabetizar conscientizando e estimulando os alunos a transformar a realidade vivenciada por eles. Segundo Soares (2004), "sem mencionar a produção de Freire, contextualiza este movimento nas escolas brasileiras, nomeando-o de a "desinvenção da alfabetização", em seu ponto de vista ocasionada pela força das abordagens psicogenéticas e pela "invenção" do conceito de letramento".

De acordo com o explicado acima, é preciso conhecer as especificidades de ambos os termos - alfabetização e letramento - destacando que para o letramento, é inserir os alunos na cultura escrita; para alfabetização, a relação grafema-fonema, as habilidades de codificar e decodificar. Para alfabetizar letrando, por exemplo, pressupõem que o professor tenha uma compreensão teórica e pedagogicamente que são processos diferenciados, mas que não devem ser separados.

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2004, p. 14).

A autora deixa claro que ao tentar dissociar os termos alfabetização do letramento, incorre-se num grande risco de promover uma alfabetização sem significado para o aluno. O contexto histórico aponta algumas falhas quando é conduzido separadamente. Este é o motivo pelo qual é preciso promover a conciliação das duas dimensões, respeitando cada uma.

Dessa forma se faz necessário o reconhecimento das especificidades de ambos os processos - alfabetização e letramento - onde cada um tem diferentes dimensões e demandam diferentes metodologias. Porém é necessário compreender que são processos interdependentes e indissociáveis. Sendo assim, ensinar a ler e escrever sob a luz das práticas sociais assegura aos os alunos o direito de ser alfabetizado e letrado.

A legislação da alfabetização no Brasil começa com a Constituição de 1988 garantindo o acesso a educação, em seguida vem à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996. Segundo MEC - Orientações para o Ensino de Nove Anos (2009, p. 5):

por meio desses documentos, são anunciados esforços empreendidos pelas políticas educacionais de governo na busca de soluções para os problemas da educação brasileira, sobre tudo nos primeiros anos de escolarização marcados por altos índices de evasão e repetência.

É possível verificar, por exemplo, que nos últimos anos o governo tem intensificado suas ações para a alfabetização, principalmente com a implantação de políticas públicas, destacamos aqui duas: o Ensino Fundamental de nove anos, que tem como objetivo assegurar um período maior de aprendizagem para as crianças, melhorando as condições de equidade e qualidade da educação, e o Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa que estabelece a obrigatoriedade da alfabetização até o final do 3º ano do ensino fundamental. Para Camini e Piccoli (2012), as políticas públicas têm como objetivo assegurar que os alunos aprendam a ler e escrever nos anos iniciais. Os documentos passam a nomear os três primeiros anos do ensino fundamental como ciclo de alfabetização, promovendo o desenvolvimento de várias formas de expressão e as diferentes áreas do conhecimento.

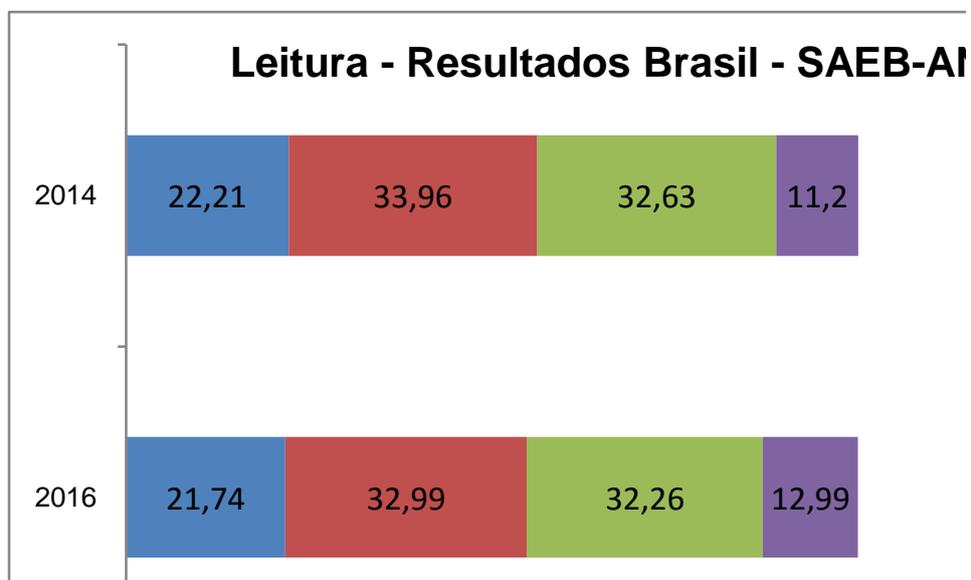
O ciclo da alfabetização¹ nos anos iniciais do Ensino Fundamental é um tempo seqüencial de três anos, sem interrupções, dedicados à inserção da criança na cultura escolar, à aprendizagem da leitura e da escrita, à ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos orais em situações familiares e não familiares e à ampliação do universo de referências curriculares dos alunos nas diferentes áreas do conhecimento.

Para acompanhar os avanços dos alunos no terceiro ano do ensino fundamental, o Ministério da Educação instituiu a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA uma avaliação censitária, que tem como objetivo aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática. As provas fornecem três resultados: desempenho em leitura, escrita e matemática.

¹ Ministério da Educação. www.pacto.mec.gov.br

Na figura do gráfico abaixo se tem o resultado das duas últimas edições da ANA:

Figura 5: Leitura - Resultado da ANA



Fonte: INEP (2018)

Mesmo que timidamente, é notável avanço na consolidação da leitura dos alunos do 3º ano, porém o percentual de crianças no nível 1 é significativo. Segundo o sítio Observatório do PNE as regiões Norte e Nordeste apresenta 40% dos alunos no nível adequado, estando abaixo das demais regiões do país. A região Sul apresentou o melhor resultado, com 81,5% das crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com alfabetização adequada.

A discussão coletiva de tais alterações possibilita a aproximação entre as diversas instâncias educacionais (conselho de educação, sistemas e rede de ensino, equipes diretivas, coordenações pedagógicas e professores) e desafia o trabalho docente, pois todas elas têm implicações no cotidiano pedagógico que você planeja para executar com seus alunos (CAMINI E PICCOLI, 2013, p. 38).

Conforme citado acima, as reformulações curriculares permitem uma compreensão maior de como deve proceder. Percebemos que com a ampliação do Ensino de nove anos vem o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 10.172/2001). O PNE é um plano de vigência decenal que tem como um de seus eixos a educação como direito inalienável do cidadão. Em uma das suas vinte metas temos a meta cinco e nove, que são as metas dedicadas à alfabetização.

Segundo Camini e Piccoli (2012b, p. 39), “com a implementação dos novos processos e o passar do tempo, o que antes gerou preocupação e incerteza passa a ser concretizado e visto a partir de novos e positivos olhares pela comunidade escolar”.

Sendo assim, é indiscutível a necessidade de se apropriar dos documentos e das políticas públicas que regem a alfabetização. O conhecimento respalda o discurso e permite a construção de argumentos consolidados. Assim reveste-se de particular importância o trabalho do professor e permite a efetivação nas escolas de eficientes possibilidades de aprendizagem.

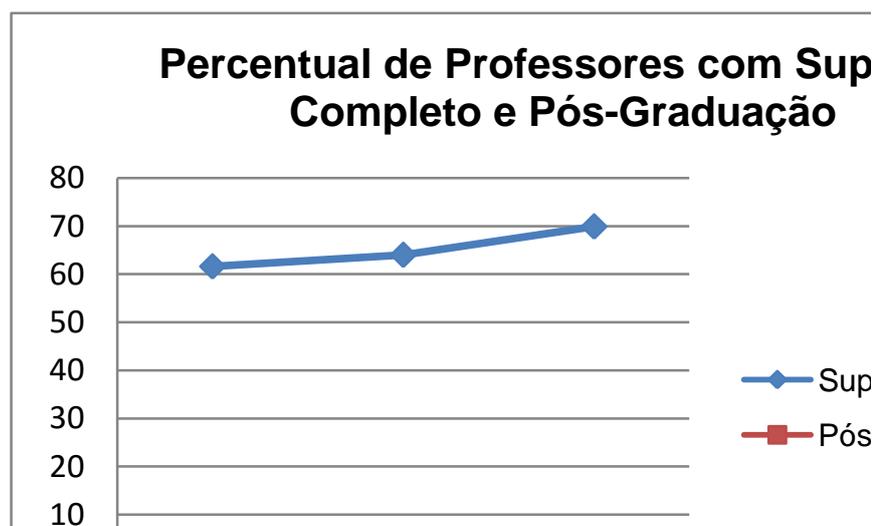
3.3 PAPEL DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

O professor sempre exerceu um papel de grande importância para educação. Durante muito tempo ele era o detentor do saber, o ser supremo, nas últimas décadas essa situação começou a ser analisada com outros olhos, onde o professor passa a ser o mediador de conhecimentos. Quando o assunto é alfabetização, começamos a pensar na situação do professor, porém como alfabetizador. Qual é o perfil do professor alfabetizador?

Tudo começa com uma boa formação docente. No final dos anos noventa foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação que as instituições de ensino superior de educação visam à formação inicial, continuada e complementar para o magistério (BRASIL, 1999). O Ministério da Educação tem investido maciçamente em programas de formação continuada para o professor alfabetizador. Para atender a meta cinco do PNE é instituído o Plano de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC que tem como cerne a formação continuada dos professores do ciclo de alfabetização. Para o Ministério da Educação, o Pnaic vem com a missão de formar educadores críticos, que proponham soluções criativas para os problemas enfrentados pelas crianças em processo de alfabetização.

De acordo com o sítio Observatório do PNE, em 2012 apenas 72,6% de professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental possuem curso Superior Completo ou Pós-Graduação *Stricto Sensu*, conforme mostra a figura do gráfico abaixo:

Figura 6: Percentual de Professores com superior completo e pós-graduação



Fonte: Observatório do PNE (2018)

Pode-se perceber um aumento ao longo dos anos no percentual de professor com o ensino superior completo, porém ainda é muito pequeno o número de profissionais que possuem Pós-graduação *stricto sensu*.

De acordo com Freire (1996), a formação acontece de forma bilateral, cada um dá a sua contribuição na medida em que compartilha o saber com o outro. O professor está para o aluno, assim como o aluno para o professor. São diferentes em sua essência, mas não indiferentes. Historicamente, são poucas as ações em âmbito nacional de combate ao analfabetismo e formação para professor.

As políticas mais conhecidas são:

- a) Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral(1968) - programa de alfabetização do regime militar, e tinha como objetivo alfabetizar jovens e adultos.
- b) Programa Brasil Alfabetizado - PBA (2003) - voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O foco principal era na região nordeste por apresentar alta taxa de analfabetismo.
- c) Rede Nacional de Formação Continuada de Professores (2004) - com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos.
- d) Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação - programa de formação continuada voltado para professores alfabetizadores.

- e) Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - Pnaic (2013) - é um compromisso firmado pelos governos Federal, dos Estados e dos Municípios, para atender à Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE).

Dessa forma, são inegáveis os avanços nas políticas educacionais de formação de professor. Sabemos também que o professor tem um papel indispensável no caminhar da alfabetização e o quanto alfabetizar não é uma tarefa fácil. É preciso permitir que o professor possa alinhar a sua prática com a teoria, ampliando os espaços de estudos permitindo aos professores o acesso aos documentos que norteiam a alfabetização. Segundo Freire (1996, p. 25), “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

De fato, tivemos avanços significativos, nas últimas décadas, no que se refere à universalização do acesso. Com isso, é importante observar, entretanto, que a escola tem desafios maiores principalmente na permanência, na qualidade do ensino e na alfabetização dos alunos.

A seguir foi relata uma experiência baseada na vivência da autora deste estudo realizada em uma escola na região da Mata de São João. Para fins deste estudo a escola foi denominada **Escola Amarela** e a professora observada foi denominada **Professora A**. A escola Amarela é localizada em uma comunidade estigmatizada por vários tipos de violência.

O contexto vivenciado pela instituição é marcado pelos dilemas das classes menos favorecidas, tais como: as drogas, o alcoolismo, as famílias desestruturadas, a violência doméstica, físicas e/ou verbais. Todas as sequelas são sentidas pelos alunos da Escola Amarela, em especial 18 alunos do 3º ano do ensino fundamental. Os alunos estavam desinteressados e indisciplinados, além do sentimento de rejeição.

Com base nos resultados da avaliação diagnóstica, constatou que cerca de 60% dos alunos matriculados no 3º ano do ensino fundamental no ano de 2017 não estavam alfabetizados e encontrando-se em situação de distorção de idade/série.

A professora A foi escolhida para acompanhar a turma pelo caminho da alfabetização, o trabalho pautado no resgate da auto-estima e assegurando o direito dos alunos em ser sujeito participante da sociedade letrada. Durante esta experiência de observação foi possível constatar que a professora A aplicava diversas atividades de alfabetização com foco no letramento, contemplando os três

eixos principais e complementares: práticas de oralidade, leitura e escrita, funcionalidade da escrita e aspectos linguísticos da alfabetização.

Diante desta situação, a escola resolveu adequar o currículo para atender as reais necessidades dos alunos. Neste sentido, de acordo com Mortatti:

Saber ler e escrever, saber utilizar a leitura e a escrita nas diferentes situações do cotidiano são, hoje, necessidades tidas como inquestionáveis [...] É, por tanto, dever do Estado proporcionar, por meio da educação, o acesso de todos os cidadãos aos direitos de aprender a ler e a escrever, como uma das formas de inclusão social, cultural e política e de construção da democracia. (MORTATTI, 2004, p. 15).

A autora deixa claro que o saber ler e escrever é um processo de construção, no qual o aluno é um sujeito ativo e participante sendo indispensável a sua associação com as necessidades do cotidiano, sendo dever do Estado, garantir a educação e promover com equidade o direito de aprender.

Neste sentido, a escola Amarela visa garantir o direito destes alunos, conforme verificado no quadro abaixo:

Desempenho dos alunos – 2017		
Habilidades	Maio	Dezembro
Não lê	14	05
Lê palavras canônicas	04	12
Lê palavras com diferentes estruturas silábicas	00	06
Lê textos de diferentes gêneros e temáticas familiares em voz alta	00	04
Produz textos escritos de gêneros, temáticas e vocabulário familiares	00	04
Utiliza letras aleatórias para escrever	09	03
Escreve palavras estabelecendo algumas correspondências	04	01
Escreve palavras ora utilizando uma letra para cada sílaba ora mais de uma	04	07
Escreve palavras com diferentes estruturas silábicas, atendendo algumas convenções ortográficas	00	05

Quadro 3: Desempenho dos Alunos
Fonte: Arquivo da Escola Amarela, 2017

Ao observar o quadro 3, verifica-se que a consolidação da alfabetização é um processo contínuo, percebemos que mesmo com todo o empenho da professora A não foi possível alfabetizar todos os alunos. A escola Amarela garantiu o direito de aprender a ler e escrever desenvolvendo propostas pedagógicas pautadas na equidade, porém não foi suficiente. É perceptível que as crianças de classes menos favorecidas oriundas de um ambiente familiar desestruturado apresente maior dificuldade na aquisição da leitura e escrita, sendo estes uns dos fatores que dificultam o processo de alfabetização. Vale ressaltar que em meio a tantas dificuldades nove alunos saíram da zona do analfabetismo. A turma finalizou o ano com quatro alunos na hipótese silábica, onze na hipótese silábico-alfabético e três na hipótese alfabética. A Professora A se preocupou com a elaboração e realização de diversas atividades, que de alguma maneira pudesse atrair a atenção, concentração dos alunos e o tempo de aprendizagem de cada um.

3.4 ATIVIDADES QUE AUXILIAM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

As atividades para a alfabetização devem contemplar os eixos de oralidade, leitura, escrita e aspectos linguísticos, permitindo aos alunos uma reflexão na construção do processo de leitura e escrita. A seguir apresentam-se algumas das atividades utilizadas pela Professora A que contribuem para os avanços dos alunos das turmas do Ciclo de Alfabetização.

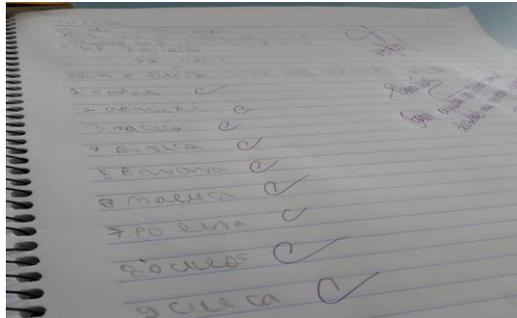
3.4.1 Atividade 1: Varal das letras

Os alunos formam palavras com o auxílio do varal, sob a supervisão da professora, em seguida os alunos transcrevem as palavras no caderno.

Figura 7: Varal das Letras



Fonte: Acervo da Professora A

Figura 8: Varal das Letras

Fonte: Acervo da Professora A

3.4.2 Atividade 2: Ditado doce

O ditado funciona assim: o aluno ao quadro escolhe uma palavra e lê para a turma. Após a leitura ele pega o seu “doce”. O professor auxilia quem estiver com dificuldades para ler, para não haver constrangimento. Depois, todos escrevem as palavras no caderno.

Figura 9: Ditado Doce

Fonte: Acervo da Professora A

todos os métodos possíveis. Para alguns seria um erro, compreendemos que seja um recurso, ou melhor, uma estratégia, que deve ser respeitada desde que permita a consolidação do processo de alfabetização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados da pesquisa permitiu encontrar as respostas quanto às dificuldades em alfabetizar os alunos, haja vista a pouca formação específica dos professores alfabetizadores. Além disso, a falta de conhecimento dos professores do ensino infantil e fundamental no que se refere à alfabetização e letramento propicia aos alunos práticas descontextualizadas de sua realidade social.

Uma interpretação possível é que a complexidade dos processos de alfabetização e de letramento demanda um empenho maior dos professores para se apropriarem do conhecimento teórico e metodológico. Além de desconhecer o contexto histórico, em específico os métodos de alfabetização e as suas funcionalidades, os professores nem sempre sabem trabalhar as técnicas adequadas de alfabetização. Embora se saiba que tradicionalmente alguns professores preferem os "métodos antigos" por se sentirem mais seguros, fica comprovado que alguns alunos oriundos de classes menos favorecidas apresentam mais dificuldades no processo de aprendizagem e de contrapartida os professores no processo de ensino desistem destes aprendizes. É indiscutível que a formação inicial e continuada permite o alinhamento da teoria com a prática e o fortalecimento do processo de ensino, sem desistir de nenhum aprendiz.

Vive-se, assim, um paradoxo no que se refere às práticas educativas inseridas nas escolas, incoerências criadas por alguns alfabetizadores que insistem em ações que permite o ensino da leitura e escrita dissociada da função social. Dessa forma fica claro a necessidade da reflexão-ação na construção do percurso alfabetizador. Ou seja, o docente deve ensinar refletindo sempre se esta é a melhor estratégia de ensino para aquele grupo.

Enfim, o que se pretendeu com este estudo é contribuir para o desenvolvimento de ações voltadas para o processo formativo dos professores alfabetizadores, que permitam, sobretudo, uma reflexão quanto às práticas executadas na sala de aula. É preciso garantir ao aluno o direito de ser alfabetizado na perspectiva do letramento, visando integrar este aluno em seu meio social, e em outros meios sociais, da melhor forma possível.

A questão principal, obviamente, não está em indicar um método perfeito para alfabetização, mas em ver o que cada um deles contribuiu no decorrer da história. Portanto, para os professores alfabetizadores é preciso conhecer a historicidade dos

métodos de alfabetização, assim como os processos cognitivos construídos pelos alunos, para melhor orientá-los evitando conclusões e decisões equivocadas. É preciso deixar claro que não existe melhor método, o método é “bom” quando atinge o objetivo que é alfabetizar e inserindo na cultura escrita.

5 REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**. Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002, a. (Ago/2002).

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-14724**. Informação e documentação: formatação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, (jan/2006).

BRASIL, S. D. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Caderno de Apresentação**. MEC-SEB. Brasília:2014

BRASIL, S. D. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica Coordenação Geral do Ensino Fundamental. **Ensino Fundamental de Nove Anos: passo a passo do processo de implantação**. Brasília:2009

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 62.455, de 22 de Março de 1968. Institui a fundação **Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62455-22-marco-1968-403852-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 de junho de 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e Anísio Teixeira. **Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)**. Documento básico. Brasília, DF: INEP, 2013a.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.274, 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 4, p. 927-942, out./dez. 2013. 941 para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 fev. 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de diretrizes e bases da educação: (Lei 9.394/96)**. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE/2014-2024. Brasília, DF: MEC/SEF, 2014a.

FERREIRO, E. **Cultura escrita e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:**saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra,1996.

GERHARDT, T. E., & D. T. **Métodos de Pesquisa** - Coordenado pela Universidade aberta do Brasil - UAB - UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRESSLER, L. A.. **Introdução à pesquisa:** projetos e relatórios. 2ed.São Paulo: Loiola, 2004

KRAMER, S. **Alfabetização:** Dilemas da prática. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1996.

MORAIS, A. G. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

MORTATTI, M. D. A "**querela dos métodos**" de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. Revista ACOALFA ,p. 91-113, setembro de 2008.

MORTATTI, M. D. **Os sentidos da alfabetização: São Paulo - 1876/1994**. São Paulo: UNESP, 2000.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Disponível em Observatório do PNE: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/5-alfabetizacao#>. Acesso em: 10 de julho de 2018

OBSERVATÓRIO DO PNE. O momento atual é interessante porque põe a escola em crise. **Revista Nova Escola on line**, 2006. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/alfabetizacao-inicial/momento-atual-423395.shtml>. Acesso em: 1 de Julho de 2018.

PICCOLI, L., & P. C. **Práticas pedagógicas em Alfabetização:** espaço, tempo e corporeidade. Erechim: Edelbra, 2012.

PNAIC – PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO. **Níveis de escrita**. Disponível em: <http://pactoslazaleia1.blogspot.com/p/niveis-de-escrita.html>. Acesso em: 2 de agosto de 2018.

SILVA, V. M. **Alfabetização numa Perspectiva de Letramento**. Biblioteca Digital de Monografia , p. 1-20, 7 de junho de 2016.

SOARES, M. **Alfabetização:**A questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, M. B. **Paulo Freire e a alfabetização:** muito além de um método. Belo Horizonte: Presença Pedagógica, 1998.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização:** as muitas facetas.Revista Brasileira de Educação , p. 5-17, 2003.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Alfabetização é fonte de autonomia, afirmam especialistas.** Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/noticias-tpe/27325/alfabetizacao-e-fonte-de-autonomia-afirmam-especialistas/>. Acesso em: 12 de junho de 2018.